

TERRA

Kaiapós reúnem-se com deputados federais para explicar o episódio do mês passado, quando fizeram turistas de reféns na aldeia Baú, no município de Novo Progresso (PA), para exigir a demarcação dos 440 mil hectares da reserva

Prefeito diz que foi farsa

Cristina Ávila
Da equipe do Correio

O presidente substituto da Fundação Nacional do Índio (Funai), Dinarte Madeiro, o diretor de Assuntos Fundiários, Paulo Roberto Soares, o cacique da aldeia Baú, Bep-I, e vários índios estiveram, ontem, em audiência pública na Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional, da Câmara Federal, para explicar a detenção de 16 turistas na área kayapó, em 28 de julho. O líder do PST na Câmara, Antônio Feijão, deputado do Amapá, disse que vai mobilizar o Congresso para alterar os sistemas de demarcação das terras indígenas. "Não adianta discutir nesse nível, temos que ter regras claras", afirmou, referindo-se à presença de índios e dos funcionários da Funai.

No mês passado, os kayapó fizeram turistas de reféns durante uma semana por terem entrado em seu território tradicional, no sul do Pará. E somente libertaram as pessoas depois que o Ministério da Justiça se comprometeu a demarcar 440 mil hectares onde está a aldeia Baú. O território tradicional total tem 1,8 milhão de hectares. A aldeia Baú fica próxima ao município de Novo Progresso, e é a única área que não está com limites definidos.

O prefeito de Novo Progresso, Jucelino Alves Rodrigues, disse que a detenção de turistas "foi uma farsa, montada para sensibilizar a imprensa nacional e internacional para a questão da demarcação das terras". Ele afirmou que não é contra a demarcação das terras dos kayapó, desde que não inclua a área oeste, alvo da disputa. "Se essa área for demarcada, teremos ali um eterno conflito", disse.

O administrador da Funai em Colider (MT), Megaron Txucarramae, que também é kayapó, entendeu a afirmação do prefeito como ameaça de conflito armado. "Queremos paz", acentuou. Entretanto, ele garante que os índios não vão permitir que a área seja invadida por brancos. Dinarte

Madeiro disse que a Funai pretende demarcar os 440 mil hectares reivindicados pelos índios, e que vai recorrer caso surjam decisões judiciais favoráveis a fazendeiros da região que reivindicam a terra.

O cacique Bep-I admitiu que a detenção dos turistas foi idéia dele e que as pessoas chegaram a ser amarradas pelos índios durante um dia, mas garante que não houve ameaças de morte. "Eu sei negociar. A gente só tinha arma de fogo porque os invasores andam armados. Em 1998, eu levei dois tiros de garimpeiros."

PRONTOS PARA GUERRA

Megaron disse aos deputados que a área em disputa é a única que tem babaçu e outros materiais necessários à sobrevivência dos kayapó. Os índios estiveram na comissão organizados para guerra. O velho Matimo Kayapó não fala português, mas esteve o tempo todo ao lado de Bep-I. "Os velhos orientam os mais jovens com sua experiência", explicou Megaron.

O deputado Antônio Feijão disse que vai apresentar um projeto para modificar o sistema de demarcação das terras indígenas no Brasil. Hoje a responsabilidade de identificação e demarcação é da Funai. Ele ainda não apresentou a proposta à Câmara, mas a princípio quer que isso seja feito por uma comissão interministerial.

Antônio Feijão forma um bloco na Comissão da Amazônia para defesa dos interesses de pecuaristas. A seu lado, o deputado Messias Ribeiro (PSDB/PA) exaltou-se. Com o dedo em riste e falando alto, ele perguntou se Megaron é índio ou brasileiro, com direito a título de eleitor. "Porque, se for cidadão, não é mais índio. Eu apresentei projeto para que o tamanho das áreas a serem demarcadas fosse atribuição do Congresso, mas tive a resistência da Funai e das ONGs. Não podemos aceitar isso. Essa casa não pode ficar alheia ao aumento discriminado das áreas indígenas", enfatizou.

Joedson Alves/AE



O VELHO MATIMO NÃO FALA PORTUGUÊS MAS FEZ QUESTÃO DE COMPARECER

"Discurso ignorante"

"Esses deputados mantêm um discurso velho e ignorante. Um discurso dos anos 70. Enquanto isso, os índios avançam, estão desenvolvendo planos econômicos com o Banco Mundial (Bird) e com o Banco Interamericano (BID)", afirmou o coordenador de Direitos Indígenas da Fundação Nacional do Índio, Marcos Terena, índio do povo terena que durante muitos anos foi piloto de avião da Funai. Ele referiu-se a deputados que, ontem, na Comissão da Amazônia, defenderam a redução de territórios indígenas, dizendo que há

muita terra para pouco índio. Marcos citou os kadiwel, do Mato Grosso do Sul, que estão negociando a aprovação de US\$ 10 milhões do BID para saneamento básico. A socióloga Azelene Kaingang, índia que trabalha no departamento de Marcos Terena, concordou: "Esse discurso é perigoso, mas não vamos responder a provocações. Não vale a pena. Estamos é nos organizando. Temos mais de 100 organizações indígenas somente na Amazônia Legal. Índios superqualificados, com nível superior, inclusive." (CA)

INSTITUTO

 Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: CB

Data: 24/8/2000 Pg. 17

Class.: 73